

Termo de Referência 264/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
264/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	JAIME DONIZETE BONAMICHI	12/11/2024 08:43 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23343.003549.2024-56

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa autorizada da ADOBE BRASIL para prestação de serviço de subscrições de licenças do software Creative Cloud for teams All Apps - Education Named license, pat number - 65272476BBO1A12 para suporte às atividades relacionadas à produção gráfica no Instituto, como desenvolvimento de layouts e sistemas, programação visual, diagramação de provas, entre outros.

Item	Especificação	CATSER	Métrica	Quant.	R\$ unitário	R\$ total
01	Subscrição anual de licenças do software Creative Cloud for teams All Apps - Education Named license, pat number - 65272476BBO1A12	27502	Unidade	10	2.939,39	29.393,95

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133 / 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da exigência do software ADOBE

1.6. É requerido licenças de software Creative Cloud for teams All Apps - Education Named license, pat number - 65272476BBO1A12 e não serão aceitos outros, tendo em vista que os servidores usuários finais, já são capacitados na solução objeto da contratação, visto que está em uso desde 2016, garantindo a boa utilização dos recursos e descartando a necessidade de contratação de treinamento específico.

1.7. Qualquer outra solução poderá onerar a Instituição visto a necessidade de treinamento, bem como afetará a produtividade dos trabalhos a serem desenvolvidos, ainda que temporariamente.

2. Descrição da solução

2.1. A fim de completar as atividades finalísticas executadas na Instituição, diversos setores oferecem serviços ou executam atividades relacionadas à produção gráfica e elaboração de mídias digitais. Essas atividades devem ser suportadas por softwares que ofereçam mecanismos e facilidades para os profissionais, uma vez que a força de trabalho especializada no assunto é reduzida e deve-se otimizar ao máximo a realização de resultados.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A fim de completar as atividades finalísticas executadas na Instituição, diversos setores oferecem serviços ou executam atividades relacionadas à produção gráfica e elaboração de mídias digitais. Essas atividades devem ser suportadas por softwares que ofereçam mecanismos e facilidades para os profissionais, uma vez que a força de trabalho especializada no assunto é reduzida e deve-se otimizar ao máximo a realização de resultados.

3.2. A respeito da SUITE do software ADOBE, serviço de subscrição de natureza continuada, entre outros fatores, deve-se considerar que os servidores usuários finais, já são capacitados na solução objeto da contratação, visto que está em uso desde 2016, garantindo a boa utilização dos recursos e descartando a necessidade de contratação de treinamento específico.

3.3. Os projetos de produção gráfica envolvem, sobretudo, a concepção e edição de imagens, interfaces gráficas e a interação com prestadores de serviços de gráfica, padronizando esta interação e aumentando a qualidade do desenvolvimento e da prestação de serviço por terceiros, através da SUITE do software ADOBE.

3.4. Continuamente, o pacote de softwares da SUITE ADOBE é essencial para o trabalho do programador visual. A indústria gráfica e os processos de produção e criação do programador beneficiam-se com o uso de sistemas de informação, uma vez que as atividades são executadas de forma mais eficiente e rápida.

3.5. A Diretoria de Comunicação da instituição atende aos 8 campi e são desenvolvidas campanhas e projetos gráficos para eventos, editais, chamadas públicas, manuais, cartilhas além de campanhas institucionais como o processo seletivo para cursos regulares e FIC.

3.6. Dessa maneira a utilização do pacote de softwares se faz imprescindível para o atendimento e execução de todas essas atividades.

3.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000003/2024;
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- Id do item no PCA: 740;
- Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;
- Identificador da Futura Contratação: 158137-310/2024.

3.8. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 – 2026 do IFSULDEMINAS, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TIC 2024 – 2026	
ID	Descrição
01	OE.01: Expandir, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI

ALINHAMENTO AO PDTI 2024 – 2026	
ID	Descrição
01	P403 - Subscrição de licenças do software adobe

Dos resultados e benefícios a serem alcançados

3.9. Os resultados a serem alcançados com esta contratação são:

- 3.9.1. Disponibilizar recursos de TIC adequados para as unidades requisitantes e que ofereçam mecanismos e facilidades profissionais;
- 3.9.2. Continuidade de otimização dos resultados das atividades de produção gráfica;
- 3.9.3. Continuidade de incremento da qualidade do desenvolvimento de produção gráfica;
- 3.9.4. Continuidade da otimização da interação com prestadores de serviços gráficos;
- 3.9.5. Continuidade de atendimento satisfatório às demandas gráficas das 9 unidades do IFSULDEMINAS.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio

4.1. Disponibilizar a oferta de soluções para projetos de produção gráfica que envolvem, sobretudo, a concepção e edição de imagens, interfaces gráficas e a interação com prestadores de serviços de gráfica, padronizando esta interação e aumentando a qualidade do desenvolvimento e da prestação de serviço por terceiros, através da SUITE do software ADOBE.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não se aplica ao objeto da contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Os requisitos de manutenção e suporte técnico são de acordo com os termos do item 4.14.

Requisitos Temporais

4.5. As licenças do software deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Tal prazo se justifica, tendo em vista a transição contratual a qual deverá ocorrer em 17/01/2025.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.7. Os prestadores de serviços da contratada deverão, quando aplicável, se apresentar munidos dos documentos de identificação pessoal e da empresa, observar o horário de trabalho da contratante, assim como se identificarem na portaria.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.9. Os funcionários da contratada ou seus prestadores de serviço deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.10. A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar, sempre que aplicável, o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Não se aplica ao objeto desta contratação.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.12. Não se aplicam ao objeto desta contratação.

Requisitos de Implantação

4.13. Não se aplicam ao objeto desta contratação.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.14. A contratada deverá prestar garantia enquanto vigente o contrato, devendo observar:

4.14.1. Deverá prestar suporte técnico para instalação e reinstalação da suíte de softwares, bem como esclarecimentos quanto aos softwares da suíte, devendo estar disponível de segunda-feira à sexta-feira em horário comercial;

4.12.3. A contratada deverá disponibilizar meios para abertura de chamados (telefone, email ou plataforma própria)

4.14.2. O nível mínimo do serviço de atendimento será de até 2 (dois) dias úteis para cada chamado;

4.14.3. Deverá proceder a correção de eventuais erros;

4.14.4. Fornecer, sem custo adicional, upgrade das licenças de software que sejam eventualmente disponibilizadas no mercado;

4.14.5. Não será admitida cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões;

4.14.6. Não será admitida a cobrança de valores para eventual reativação de serviços agregados;

4.14.7. Não será admitida a cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica da subscrição dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

Requisitos de Experiência Profissional

4.15. Não se aplicam ao objeto desta contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.16. Não se aplica ao objeto desta contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.17. Os requisitos de metodologia de trabalho são de acordo com os requisitos do item 6.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.19. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

Da política de segurança da informação

4.20. A contratada deverá apresentar declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratante, conforme modelo do Anexo I, que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas>, no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI. Pode-se, também, baixar o arquivo em PDF através do links <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Resolucao.050.2016.pdf>.

Da proteção dos dados pessoais

4.21. A CONTRATADA deverá observar os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

Da propriedade intelectual

4.22. A contratada deverá observar os requisitos da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

Da transferência de conhecimento

4.23. Não se aplica ao objeto desta contratação

Indicação de marcas ou modelos

4.24. Exige-se para esta contratação o fornecimento de licenças do software Cloud for teams All Apps - Education Named license, pat number - 65272476BBO1A12 pelos motivos registrados nos itens 1.6 e 1.7.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.25. Veda-se o fornecimento de qualquer outro software pelos motivos registrados nos itens 1.6 e 1.7.

Da exigência de carta de solidariedade

4.26. Não se aplica ao objeto desta contratação

Da subcontratação

4.27. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

4.28. Não se aplica ao objeto desta contratação.

Da garantia da contratação

4.29. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar de serviço de pequeno valor.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.30. A execução dos serviços está condicionada à assinatura e publicação do contrato e a emissão, pela contratante, da Ordem de Serviço (OS).

4.31. A OS indicará a quantidade de licenças previamente empenhadas, garantindo-se o mínimo de 8 (oito) licença;

4.32. O local de prestação do serviço é na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, situado à Av. Vicente Simões, 1111, bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre, Minas Gerais;

4.33. O Contratado deverá fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana (horário comercial).

4.34. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

REQUISITOS TÉCNICOS**Requisitos técnicos**

4.35. Subscrição com vigência de 12 meses da suíte do software ADOBE - Creative Cloud for teams All Apps - Education Named license, part number 65272476BB01A12 com as seguintes características mínimas:

- 4.35.1. Licenciamento da suíte completa, com todos os aplicativos, através de Subscrição por um período de 12 (doze) meses/ 1 (ano);
- 4.35.2. Acesso ao Portal de administração de licenças online;
- 4.35.3. Acesso a nuvem de fontes da Adobe Fonts;
- 4.35.4. Acesso a nuvem de ativos Biblioteca Adobe;
- 4.35.5. Acesso a mídia social Adobe Behance;
- 4.35.6. Acesso ao Adobe Portfolio;
- 4.35.7. Acesso ao Adobe Color;
- 4.35.8. Acesso ao armazenamento da nuvem do Adobe Creative Cloud e Adobe Document Cloud;
- 4.35.9. Solução para manuseio e pré-visualização de arquivos nativos Adobe;
- 4.35.10. Aplicativos e serviços para vídeo, design, fotografia e Web;
- 4.35.11. Digitalização e composição para fotos, designs da Web e de aplicativos para dispositivos móveis, ilustrações 3D, vídeos;
- 4.35.12. Edição, organização, armazenamento e compartilhamento de fotos;
- 4.35.13. Edição de fotos no desktop e na Nuvem;
- 4.35.14. Criação de artes, ilustrações e gráficos vetoriais;
- 4.35.15. Design e layout de páginas para publicação impressa e digital;
- 4.35.16. Design, protótipo e compartilhamento de experiências de usuário;
- 4.35.17. Criação e compartilhamento de vídeos online em qualquer lugar;
- 4.35.18. Edição de mídia em seu formato nativo e criação de produções profissionais para cinema, TV e Web;
- 4.35.19. Criação de animações e efeitos visuais para cinema, TV, vídeo e a Web;
- 4.35.20. Criação de imagens 3D fotorrealistas para marcas, fotos de produto e design de embalagens;
- 4.35.21. Criação e desenvolvimento de sites modernos e responsivos;
- 4.35.22. Prototipagem de aplicativos e sites para Mobile de forma colaborativa;
- 4.35.23. Animações interativas para várias plataformas;
- 4.35.24. Solução para criação de modelos interativos de personagem 3D para o Photoshop;

4.35.25. Solução para Assimilação de Metadados e Registros de Logs;

4.35.26. Gravação, mixagem e restauração de áudio;

4.35.29. Colaboração com redatores e editores;

4.35.30. Solução de PDF/;

4.35.31. Solução de assinaturas eletrônicas, criação de fluxo de assinaturas e formulários;

4.35.32. Solução para animação de personagem via rastreamento de rostos da câmera nativa do computador;

4.35.33. Codificador de vídeo com possibilidade de realizar o encode em fila;

4.35.36. O pacote completo das soluções da Creative Cloud deve possibilitar a execução nativa das extensões: *.psd, *.pdf, *.indd, *.aep, *.prproj, *.dn, *.axcs.dwt, *.axvb.dwt, *.aspjs.dwt, *.aspvb.dwt, *.cfm.dwt, *.dwt, *.jsp.dwt, *.php.dwt, *.swf, *.chproj, *.rush, *.chproj, *.sesx, *.xd, *.lrcat, *.lrbdb;

4.35.37. O pacote completo das soluções da Creative Cloud deve possibilitar a importação de arquivos: *.tiff, *.jpg, *.png, *.gif, *.ai, *.svg, *.eps, *.mov, *.mp4, *.avi, *.mky, *.mp3, *.wav, *.obj, *.aspx, *.ascx, *.aspx, *.ascx, *.asp, *.asp, *.cfm, *.cfml, *.cfc, *.jsp, *.php, *.php3, *.lbi, *.htm, *.html, *.as, *.cs, *.css, *.java, *.js, *.vb, *.vbs, *.txt, *.edml, *.tld, *.vtm, *.vtml, *.wml, *.xml, *.3gp, *.aac, *.aiff, *.aif, *.apple, *.prores, *.asf, *.asnd, *.avi, *.bwf, *.crm, *.dnxhd, *.dnxhr, *.dv, *.avc, *.heif, *.hevc, *.mv, *.m2t, *.m2ts, *.m2v, *.m4a, *.m4v, *.mpeg, *.mpe, *.mpg, *.mts, *.mxf, *.omf, *.openexr, *.r3d, *.vob, *.wmv;

4.36. À Contratada deverá apresentar declaração de Especialização em Governo, consoante ao determinado no Adobe Partner Connection - Reseller Program Guide, estando autorizada a fornecer Produtos Adobe a qualquer órgão público federal, estadual ou municipal;

4.37. À contratada deverá prestar os seguintes serviços agregados durante a vigência da subscrição e sem custo adicionais:

4.37.1. Deverá prestar suporte técnico para instalação e reinstalação da suíte de softwares, bem como esclarecimentos quanto aos softwares da suíte, devendo estar disponível de segunda-feira à sexta-feira em horário comercial;

4.37.2. Deverá proceder a correção de eventuais erros;

4.37.3. Fornecer, sem custo adicional, upgrade das licenças de software que sejam eventualmente disponibilizadas no mercado;

4.37.4. Não será admitida cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões;

4.37.5. Não será admitida a cobrança de valores para eventual reativação de serviços agregados;

4.37.6. Não será admitida a cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica da subscrição dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

5. Papéis e responsabilidades

5.1 Os papéis e responsabilidades são de acordo com os termos da minuta de contrato.

6. Modelo de execução do contrato

Rotinas de Execução

- 6.1. Realização e homologação do processo licitatório;
- 6.2. Emissão, assinatura e publicação do contrato;
- 6.3. Emissão de nota de empenho;
- 6.4. Emissão da Ordem de Prestação de Serviço;
- 6.5. Entrega das licenças;
- 6.6. Emissão do termo de aceitação;
- 6.7. Emissão de nota fiscal de serviços;
- 6.8. Atesto e emissão de processo para liquidar e pagar a nota fiscal.

Encaminhamento formal de demandas

6.9. O gestor do objeto emitirá a Ordem de Prestação de Serviço (OPS) para a disponibilização do objeto contratado.

Condições da prestação do serviço

6.10. Após entrega, instalação e aceitação do objeto a contratada deverá observar o que segue:

6.10.1. O Contratado deverá fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana (horário comercial).

6.10.2. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

6.10.3. Deverá prestar suporte técnico para instalação e reinstalação da suíte de softwares, bem como esclarecimentos quanto aos softwares da suíte, devendo estar disponível de segunda-feira à sexta-feira em horário comercial;

Formas de transferência de conhecimento

6.11. Não se aplica ao objeto desta contratação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.12. O contrato deverá prever cláusula de renovação nos termos da Lei 14.133/2021;

6.13. Eventuais renovações do contrato deverão ser providenciadas em tempo pois, em caso de inviabilidade, deverá ser providenciado novo processo de contratação;

6.14. Eventual finalização de contrato deverá ser formalizada através de termo de encerramento.

Mecanismos formais de comunicação

6.15. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.15.1. Ordem de Prestação de Serviços;

6.15.2. Ata de Reunião;

6.15.3. Ofício;

6.15.4. Registros de abertura de chamados;

6.15.5. E-mails e Cartas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.16. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. Modelo de gestão do contrato

Das obrigações

7.1. As obrigações estabelecidas neste documento deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Do preposto

7.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

Reunião Inicial

7.6. As partes realizarão reunião inicial, no formato online e registro através de email, do alinhamento das condições da execução do contrato.

7.7. Caso a reunião inicial não venha a ser necessária, deverá haver registro na ordem de serviço;

Fiscalização

7.8. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal administrativo da contratante a serem informados na Ordem de Serviço, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.16. O fiscal administrativo do objeto, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.17. Caso ocorram descumprimentos das obrigações assumidas nos termos deste documento, o fiscal administrativo do objeto atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação e teste de inspeção

7.25.. Emissão da Ordem de Prestação de Serviço;

7.26. Prestação do serviço de manutenção;

7.27. Emissão do relatório da prestação do serviço;

7.28. Emissão do termo de aceitação da prestação do serviço;

7.29. Emissão de nota fiscal de serviços;

7.30. Atesto e emissão de processo para liquidar e pagar a nota fiscal.

Critérios de medição e pagamento

7.31. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item, para aferição da qualidade da prestação do serviço (referir-se ao item 4.14).

INDICADOR DE ATRASO DA PRESTAÇÃO - IAP	
Finalidade	Medir o tempo de atendimento de chamados de suporte técnico e garantia.
Meta a cumprir	Sem atraso
Instrumento de medição	Contagem de tempo entre a abertura do chamado de prestação do serviço e início da prestação.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do tempo entre a abertura de chamado e início da prestação do serviço.
Periodicidade	Para cada chamado aberto
Mecanismo de cálculo	$IAE = (TEX - TEST)/TEST$, onde: IAE: índice de atraso; TEX: tempo efetivo decorrido, em dias, entre a abertura do chamado e início da prestação do serviço. O valor de TEST é de dois dias úteis
Faixa de ajuste	Para valores do indicador IAE: Até 0,5 – Pagamento integral (corresponde a 1 hora de atraso);

	Maior que 0,5 – Glosa de 1,0% sobre o valor do contrato para cada ocorrência.
--	---

Do recebimento

7.32. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.32.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.33. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.34. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.35. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.36. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.37. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação

7.38. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.39. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.40. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.41. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar suporte e respostas às solicitações em até dois dias úteis (ver item 7.31)	Multa de 1,0% sobre o valor total do contrato para cada ocorrência.
		Após o limite de 5 ocorrências, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do empenho.
2	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência reiterada ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10 % do valor OPS.

Liquidação

7.42. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.43. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.44. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.44.1. o prazo de validade;

7.44.2. a data da emissão;

7.44.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.44.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.44.5. o valor a pagar; e

7.44.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.45. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.46. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.47. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.48. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.49. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.50. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.51. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.52. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.53. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.54. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.55. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.56. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.57. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.58. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.59. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

Cessão de Crédito

7.60. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.60.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.61. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.62. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.63. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.64. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Do reajuste

8.1 Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento definido no edital de licitação

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global: contratação da execução do serviço por preço certo e total;

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, pois o objeto não é fabricado no Brasil.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico - Financeira

9.21 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.23.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27 - No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial. (Art. 3º do Decreto nº 8.538 /2015 e Art. 70, III da Lei nº 14.133/2021).

Qualificação Técnica

9.28 - Não serão exigidos requisitos de qualificação técnica.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 29.393,95

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 29.393,95 (vinte e nove mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos, apurados através de pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa SEGES / ME de número 65 de 07/07/2021;

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União em dotação definida na minuta de contrato;

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3 - Os empenhos serão emitidos conforme disponibilidade orçamentária. O cronograma de execução física e financeira apresenta uma estimativa de custo, Item 10 acima, e com desembolso de acordo com empenho ordinário.

12. Da proposta

12.1 - A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

12.1.1 - Indicação do item para o qual foi feita a proposta;

12.1.2 - Indicação da marca, fabricante, descrição e parte number do produto ofertado. A omissão de quaisquer destas informações ensejará a recusa da proposta;

12.1.3 - Dado que se requer o fornecimento do produto de marca ADOBE e modelo Creative Cloud for teams All Apps - Education Named license, pat number - 65272476BBO1A12, não serão exigidas a postagens de catálogo ou outra qualquer informação do produto.

12.1.4 - A proposta da licitante deverá apresentar declaração do fabricante do objeto, de que a licitante é Especializada em Governo, consoante ao determinado no Adobe Partner Connection - Reseller Program Guide, estando autorizada a fornecer Produtos Adobe a qualquer órgão público federal, estadual ou municipal.

12.1.5 - A contratada deverá apresentar declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratante, conforme modelo do Anexo I, que está

disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas>, no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI. Pode-se, também, baixar o arquivo em PDF através do links <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Resolucao.050.2016.pdf>.

13. Da garantia contratual

13.1 - Não se aplica por se tratar de contratação de pequeno valor.

14. Do local de entrega

14.1 - O objeto deverá ser prestado à Av. Vicente Simões, 1111, bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre, Minas Gerais.

15. Do anexo

15.1 - Anexo I - declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratante.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAIME DONIZETE BONAMICHI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 12:08:15.

EVERTON DE GUSMAO ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 14:17:57.

RAMON GUSTAVO TEODORO MARQUES DA SILVA

Diretor de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 14:00:48.

HONORIO JOSE DE MORAIS NETO

Pró reitor de Administração



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 16:27:15.

CLEBER AVILA BARBOSA

Reitor



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 15:28:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I do termo de referencia - Declaracao de ciencia da PSI.pdf (417.79 KB)

**Anexo I - Anexo I do termo de referencia - Declaracao
de ciencia da PSI.pdf**

Anexo I do termo de referência - Declaração de ciência da PSI

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23343.003549.2024-56

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90016/2024

(RAZÃO SOCIAL)....., sediada (ENDEREÇO COMPLETO)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº..... declara, sob as penas da lei, que tem ciência da Política de Segurança da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, conforme consulta feita ao endereço eletrônico de acesso público <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas>, no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI.

LOCAL, DATA

.....

(nome e CPF anonimizado do declarante)

Observações: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.

Documento Digitalizado Público

Anexo 01 do edital: termo de referência. Pregão Eletrônico nº 90016/2024 - Contratação das subscrições das licenças de software IFSULDEMINAS

Assunto: Anexo 01 do edital: termo de referência. Pregão Eletrônico nº 90016/2024 - Contratação das subscrições das licenças de software IFSULDEMINAS
Assinado por: Joao Ferreira
Tipo do Documento: Comprovante
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Joao Carlos Ferreira, COORDENADOR(A) - FG1 - IFSULDEMINAS - CLIC**, em 19/11/2024 09:53:11.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/11/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsulde Minas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 610209
Código de Autenticação: b1cf4615b8

